

# Diário da Assembléia

Nº 2.991

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 1.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 4 de março de 1974 — (Segunda-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariado pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Bor-sari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buf-fara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Solene de Instalação, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGEM:**

Mensagem 109-73

Curitiba, 4 de dezembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALLES**

**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Moreira Salles, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Carlos Guimarães, Prefeito Municipal de Moreira Salles, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 15-1-73, de 19 de setembro de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Moreira Salles, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituições de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — VIGÊNCIA**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 10 de outubro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

CARLOS GUIMARÃES — Prefeito Municipal de Moreira Salles

Milton R. de A. Brito — Testemunha

José Maria do Nascimento — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos doze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Diretor da Polícia Civil, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Olimpio Furlanetto, Prefeito Municipal de São Sebastião da Amoreira, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou,

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;



III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 12 de outubro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

OLÍMPIO FURLANETTO — Prefeito Municipal de S. Sebastião da Amoreira

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 374, 375, 376 e 377-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

374-73 — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraquara, um Trator marca Caterpillar, Modelo D-40 A, Série 1593, e um Trator marca John Deere, 730-S, Série 7325948, pertencente a Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.497. — Agradeça-se.

121-73 — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Santo Antonio da Platina, Tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.495. — Agradeça-se.

170-73 — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Contenda, um Trator com Arado marca John Deere, Modelo 730-S, Série 7325945, pertencentes à Secretaria da Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.496. — Agradeça-se.

224-73 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 83-73, que encaminha a Lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1974, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.494. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs. 367 e 371-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

218-72 — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que visa aditar e suprimir a Redação que especifica, ao n.º 16 do Artigo 56 do Projeto n.º 195-72. — A C.C.J.

65-73 — Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr 100,00 (cem cruzeiros), à menor orfã Mônica Angélica Silveira. — A C.C.J.

Sob o n.º 851-73, do Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que nos dias 08 e 09 de dezembro último foi realizada mais uma Audição-Escola para Prefeitos, na cidade de Cascavel, ocasião em que convidou a Presidência desta Casa. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 059-73, do Senhor Alcindo Leonardy, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, comunicando a aprovação do pronunciamento do Vereador Duílio Genari, referente ao trigo nacional, visto as profundas alterações ocorridas após a promulgação do Decreto Lei n.º 210 de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 254-73, do Senhor Ismael Tibiletti, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando a aprovação por unanimidade à reivindicação inserida no ofício 1098 Proposição n.º 12-11-73, da Câmara Municipal de Maringá, no que se refere a revisão na legislação que regulamenta a função pública efetiva, dado que, atualmente os funcionários estatutários estão sendo prejudicados com relação aos empregados contratados pelo regime da C.L.T. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

#### OFÍCIO N.º 15-74

Curitiba, 4 de março de 1974

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, por meio deste, a fim de comunicar que, em data de 18 do mês próximo passado, fui conduzido à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa de Leis, em substituição ao Senhor Deputado Maurício Roslindo Fruet.

Comunico, outrossim, que na mesma data, foram eleitos para os cargos de Vice-Líder os Senhores Deputados Álvaro Dias e Antônio Belinati.

Ao ensejo em que renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e apreço, coloco-me à disposição dessa Presidência, nesta nova função, para o que se fizer necessário.

Atenciosamente

(a) Deputado Domício Scaramella  
Líder do M.D.B. — AL. — Pr.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado João Mansur  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa  
N/ Edifício

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após a anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hugo Strozi, ocorrido no dia 2 do corrente mês, em União da Vitória.

Pessoa largamente relacionada e estimada, pertencente a tradicional família e funcionário municipal aposentado, deixa o Senhor Hugo Strozi uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que pelo seu trabalho contribuíram para o progresso de União da Vitória.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Domício Scaramella

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Egidio Laurindo da Silva, ocorrido recentemente no Município de Nossa Senhora das Graças.

#### JUSTIFICATIVA:

O passamento do ilustre Vereador de Nossa Senhora das Graças enlutou a cidade e deixou saudades entre aqueles que com ele privaram. Na vida familiar, foi exemplar, na iniciativa privada, empreendedor e na vida pública soube dignificar os cargos que ocupou. Surpreendeu-o a morte em plena atividade quando o seu coração sustou as atividades terrenas. Ao prestar uma modesta homenagem póstuma a um dos líderes políticos, visamos trazer o apoio e um pouco de lenitivo aos amigos que deixou e aos munícipes a quem serviu com dignidade. Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família do extinto, ao Prefeito, aos Presidentes da Câmara e da Arena.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão para representar este Poder na posse do Senador Ney Amintas de Barros Braga, no Ministério de Educação e Cultura, no próximo dia 15, em Brasília.

A presença de um paranaense, no Governo da República, é um fato que transcende posições políticas e deve merecer, da própria oposição partidária, manifestações de regozijo. Aliás, tem sido uma reivindicação constante, tanto dos ilustres membros do MDB, quanto os da Arena, nesta Casa, um posicionamento mais dinâmico do Paraná na administração federal.

O Senador Ney Braga, por sua trajetória política regional e nacional, como Prefeito de Curitiba, Governador do Paraná, depois Ministro da Agricultura e Senador, se credenciam como homem conhecedor dos problemas paranaenses, apto a projetos nossos administradores na equipe federal, desenvolver uma política realista no campo educacional, e, sobretudo, reivindicar pelos interesses regionais em tudo que possuam de importante e urgente.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista que, no próximo dia 15 do mês corrente ocorrerá a solenidade de posse do eminente paranaense Senador Ney Amintas de Barros Braga, no cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, fato que enche de júbilo a família paranaense, requer seja constituída uma Comissão de Senhores Deputados para representar esta Casa na referida solenidade.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

##### Requerimento

Senhor Presidente:

Os verões de Curitiba reafirmam sempre uma estatística surpreendente e dramática: morre mais gente afogada nos tanques e cavas próximos à Capital que em todo o Litoral paranaense.

Quase diariamente a imprensa relata as tragédias que vitimam, via de regra, pessoas jovens que, por falta de recursos ou oportunidade para ir às praias, procuram os locais de banho próximos à cidade e, e mvez de lazer, encontram a morte.

Seria simplista e discriminatório meramente proibir o banho nos tanques e rios visto que são procurados por pessoas impossibilitadas de ir aos balneários por condições econômicas e não existir, sob patrocínio de Poder Público, qualquer local de recreação próximo à cidade onde se pratique a natação.

Assim, através desta petição, REQUER o signatário encaminhe-se apelo ao Ilustríssimo Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros, no sentido de que estude a viabilidade de manter, junto aos locais de banho de Curitiba e adjacências, mais procurados nos fins de semana, um serviço de salva-vidas semelhante ao que opera nas praias. Sendo poucos esses locais, um número egíquo de salva-vidas prestaria serviço relevante à segurança da comunidade.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério

##### Requerimento

Senhor Presidente:

Assim como esta Casa, várias outras atividades se dinamizam com o término do mês de fevereiro, entre elas as estudantis, marcando o início de mais um ano de trabalhos.

Finda também, no litoral paranaense, aquilo que se convencionou chamar "a temporada", período durante o qual a Polícia Militar do Paraná desenvolveu a "Operação Praias" deste ano.

Em 1973/73, a Operação Praias registrou um total de catorze mortes por afogamento, para um total de 179 salvamentos. Este ano, até ontem, o serviço de guarda-vidas do Corpo de Bombeiros atendeu 184 ocorrências de perigo no mar, registrando, na sua área de atuação, apenas três mortes.

Os números são eloquentes, em favor da eficiência da "Operação Praias" deste ano. Da mesma forma, caíram a níveis insignificantes as ocorrências policiais no Litoral, graças ao esquema preventivo desencadeado desde o início da temporada.



Assim, e para efeito de estímulo àquelas corporações, o Deputado que ao final subscrive REQUER seja oficiado ao Secretário de Segurança Pública, aos Comandantes da Polícia Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros, cientificando aquelas autoridades do voto de aplauso e louvor que se fará registrar em nossos Anais, uma vez aprovada esta proposição, pela eficiência com que foi desenvolvida a "Operação Praias" deste ano.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente:

A economia de dotações orçamentárias no setor educacional, que ignora o caráter de investimento contido na educação, representa uma subversão dos verdadeiros critérios econômicos; para economizar em educação. É preciso que se entenda que a derramagem econômica do Japão se deve ao fato daquele país aplicar corajosamente 50% de seu PNB nos programas educacionais e que a retomada desenvolvimentista da Alemanha no após guerra se explica pela infra estrutura cultural. Entendemos pois, que cabe a nosso Estado na busca de seus objetivos desenvolvimentistas, investir mesmo que a custa de sacrifícios nesse setor. Partindo dessa premissa, o Deputado que este subscrive, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Secretário da Educação e Governador do Estado, apelo no sentido de se determinar a realização de Concurso para o Magistério, como única forma capaz de garantir ao mestre a segurança necessária para o desempenho de sua árdua missão. É visto que sob o signo da insegurança as aulas chegam a tornar-se, muitas vezes, uma aventura diária para certos professores e alunos.

Requer ainda, sejam levadas em consideração, as sugestões do 1.º Congresso de Professores Licenciados, realizado em Apucarana, tais como: seja oferecido o número real de vagas existentes no Estado; que nas regulamentações conte a permissão do mesmo, para professores recém-formados, cujos diplomas ainda não estejam registrados; que não haja estágios de exercícios gratuito do magistério, antes da realização de qualquer concurso sob o estímulo de contagem de pontos, medida injusta e desprofissionalizante.

Embora se saiba que a concretização desse anseio represente para o Estado elevado custo, não se pode ignorar em contrapartida os resultados altamente positivos que por certo seriam alcançados.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Alvaro Dias

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, on uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações ao Time "Os Pupilos do Portugal", ao levantar galhardamente o II Campeonato Paranaense de Futebol de Praia, no último sábado.

O referido quadro demonstrando uma categoria impressionante, valorizou sobremaneira o II Campeonato Paranaense de Futebol de Praia e projetou o esporte amador da cidade de Paranaguá, com esta conquista das mais espetaculares, que sacudiu todo o litoral paranaense.

Requer, outrossim, que da decisão do presente, se dê ciência à referida agremiação na pessoa do seu presidente, Diamantino Francisco, bem como ao valoroso elenco de atletas que conquistaram esta vitória sensacional para o esporte amador do litoral.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O presente Requerimento, que subscrovo com muito prazer, pretende o acolhimento desta Assembléia de um voto de congratulações ao jornal "Diário Popular" pela comemoração de 11 anos de existência.

Pesa sua combatividade, pela permanente defesa dos interesses públicos, o "Diário Popular" vem se impondo como um dos mais importantes órgãos de imprensa do Estado do Paraná.

Assim com o assentimento do Plenário, requeiro o encaminhamento deste petição, dando-lhe, se aprovado, conhecimento à Diretoria daquele jornal.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Luiz Roberto Soares

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após a anuência do Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor da COPEL, no sentido de que aquela autoridade determine providências para que seja estendida rede de energia elétrica da localidade de Vargem Grande à localidade de Carazinho, no Município de Paula Freitas.

Considerando o programa de implantação de linhas de transmissão e redes de distribuições para vários Municípios, incluindo o de Paula Freitas, como meta prioritária do Governo, a adoção de tal medida, a curto prazo, viria beneficiar grandemente o seu desenvolvimento e também acelerar o progresso daquela região.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Domício Scaramella

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 2-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma (1) motoniveladora marca Caterpillar n.º 165 e um (1) caminhão Ford, n.º 090, considerados inservíveis e de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo-se em vista o alto custo de equipamentos rodoviários e a dificuldade financeira por que passam os Municípios, nada mais justo do que se proceder essa doação.

Referidos veículos que se encontram parados no Distrito de Ibatí, nenhuma utilidade vem prestando a essa Região.

Propõe-se o Município a ser contemplado, reparar os mencionados veículos,

para que os mesmos possam conservar suas estradas, visando o escoamento das próximas safras.

##### PROJETO DE LEI N.º 3-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná — CECEX, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei, é uma sociedade civil, registrada no Cartório do 1.º Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 156192 - Livro A, tendo por finalidade precípua o desenvolvimento da cultura e a formação de profissionais competentes.

Dentre as metas básicas do CECEX, pode-se destacar, entre outras, a difusão da cultura, a expansão do ensino em todos os graus, a assistência social, etc.

Considerando-se a grande preocupação do Governo em imprimir uma dinâmica eficiente no processo de desenvolvimento sócio-cultural brasileiro, o CECEX, que pugna pelo aprimoramento da cultura da nossa juventude, por certo haverá de prestar valiosíssima contribuição para que essa meta seja atingida.

Por último, salienta-se que o CECEX é uma entidade sem fins lucrativos, cujos cargos de direção são exercidos gratuitamente.

Este é o Plano de Lei que, esperamos, seja acolhido pelos nossos ilustres Pares e, finalmente, obtenha sua aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 4-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Antônio Belinati

#### JUSTIFICATIVA:

A Junta Beneficente da Igreja Missionária da cidade de Londrina, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos em lei para atingir seu fim, ou seja, tem seu estatuto registrado no cartório de pessoas jurídicas competentes, vem funcionando de forma efetiva e presta serviços de utilidade pública à população daquela cidade. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim pois, levamos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 5-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel, Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1974.

(a) — Iris Caldart

#### JUSTIFICATIVA:

São objetivos do Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, cultivar as tradições Sulinas, principalmente as do Rio Grande do Sul, no que evidencia suas histórias, lendas, músicas, canções, costumes, divulgar a sua ação tradicionalista pelos Municípios e Estados vizinhos e, sempre que possível, por todo o Território Nacional e estrangeiros, promovendo através de seu Departamento Artístico-Cultural, representações artísticas-culturais quando oportuno e a critério da Diretoria, esforçando-se sempre por exibir números que evidenciam as tradições. Cooperar com as autoridades em todos os movimentos de brasilidade, respeitando as constituições vigentes, bem como as demais leis e normas em vigor no País.

São essas as razões do Plano de Lei em apreço, que esperamos contar com o apoio integral dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário do Sr. Antônio Massareli, Vereador da Câmara Municipal de Goioerê.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao início da 4.ª Legislatura, iniciando os nossos trabalhos, ocupamos a Tribuna para, em rápidas palavras, dizer da preocupação que sentimos da intranquilidade mesmo de que somos possuidores em relação ao assunto de transcendental importância, qual seja, o da indicação dos novos Governadores. Eis que dentro dos próximos dias, o futuro Presidente da República indicará o nome dos novos Governadores dos vários Estados da Federação.

E o Paraná, que atravessa uma das suas fases áureas, no instante em que o progresso do nosso Estado é vertical, fazemos votos para que o homem escolhido seja capaz, honesto, equilibrado e, acima de tudo, bom administrador. Isto porque nós temos uma grande preocupação, para que o nosso Estado não sofra solução de continuidade. No momento em que fazemos grandes negócios internacionais, a exemplo do que ocorreu recentemente na permuta da madeira, com o petróleo da Argélia, onde estamos exportando 190 mil metros cúbicos, ou seja 90 mil toneladas de madeira. E para que os Srs. Deputados avaluem o valor desta operação, no ano passado o Paraná exportou, no ano inteiro de 73, 130 mil toneladas. E este negócio apenas com a Argélia, nos dá condições de exportar 90 mil toneladas, 80% da exportação do ano passado. Estamos permutando madeira por petróleo. A Argélia irá nos fornecer petróleo a cinco dólares o barril. Quando sabem os Srs. Deputados que o preço do petróleo no mercado internacional é de 18 dólares o barril. Portanto, receberemos petróleo, por 30 anos, a cinco dólares, em troca de madeira que vamos exportar para



aquele País. Relatamos esse episódio, além do que, também vendo as condições do Porto de Paranaguá que hoje, em oito horas de trabalho, libera navios que outrora precisávamos de cinco dias para liberar. Isso porque as condições operacionais do Porto são excelentes, com corredores de exportação, aquele Porto está altamente sofisticado e aparelhado para exportar a curto prazo, recebendo navios de grande porte, em função da dragagem que sofreram os Portos do Canal de Acesso e do Canal de Galieta. Assim sendo, voltamos a repetir a nossa preocupação, a fim de que o Paraná possa alcançar o seu caminho inexorável na sua trajetória de ser, se não o principal, um dos principais Estados da Federação. Porque hoje vemos a fome quase em meio do Brasil, e hoje contribuimos para que o problema do petróleo seja minorado em função do que já expusemos aos Srs. Deputados. Daí a nossa grande preocupação de que o Presidente Geisel, futuro Presidente do Brasil, com bastante tranquilidade, com a cabeça no lugar, indique os homens que irão governar o futuro do nosso País, fazendo com que o Paraná chegue ao seu legítimo designio. É esta a nossa palavra, é esta a nossa ponderação e a nossa preocupação. Oxalá, o Paraná receba o nome digno do seu Estado e da sua pujança. E que este nome saiba levar este Estado ao destino que lhe reserva realmente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em face da desistência do Deputado Sebastião Rodrigues Jr., concedo a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A água, em Londrina, está custando mais cara. A água, em Londrina, apresenta hoje um motivo de preocupação à comunidade.

Em face da política adotada pelo Governo Federal em relação ao PLANASA, o Município de Londrina se sentiu forçado, após uma tímida resistência partida de diversos setores da sociedade londrinense, a aderir ao PLANASA.

A não liberação de financiamento pelo órgão federal e que possibilitaria a realização de prioritárias obras do Município, fez com que Londrina passasse os seus serviços de água à responsabilidade do Estado. O S.A.S. passou para a SANEPAR e esta assumiu compromissos com a população londrinense, entre os quais o compromisso de que a água não seria, pelo menos de imediato, elevada.

Hoje a SANEPAR começa a quebrar esse compromisso assumido. A água, em Londrina, está custando muito mais, em certos casos assumindo proporções elevadíssimas. A população está, sem dúvida alguma, deveras preocupada com o destino dos serviços prestados por esse órgão público do Paraná ao Município de Londrina. A preocupação deve existir, pois se o primeiro compromisso começa a ser quebrado, podemos também esperar que outros o sejam.

Em função disto é o nosso protesto, o nosso apelo ao Governador do Estado para que faça cumprir os compromissos assumidos em Londrina com a SANEPAR, pois se Londrina ao aderir ao PLANASA o fez com a preocupação de realizar grandes obras e alcançar financiamentos na esfera federal, o fez também pensando nos interesses de nosso Estado, pois era condição importantíssima para a SANEPAR, a adesão de Londrina, uma grande cidade.

Afirmar a própria SANEPAR: necessária a adesão de Londrina à SANEPAR para beneficiar pequenos Municípios.

E Londrina aderiu, pensando não só nos financiamentos mas também no Estado do Paraná. E hoje trazemos a reclamação do londrinense, londrinense preocupado. E fazemos um apelo ao Governo do Estado, à SANEPAR e às autoridades responsáveis para que não se desrespeite o compromisso assumido, sob pena de termos que voltar constantemente — com tristeza — a esta Tribuna, a fim de dizermos da preocupação da população londrinense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em face da desistência do Sr. Deputado Antônio Belinati, está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reabrem-se as portas desta Casa após o recesso formal de três meses. E se assim nos referimos ao recesso, chamando-o de formal, deve-se àquilo que é do conhecimento de todos, porque, de fato, este Poder se encontra em recesso desde 1968, com a edição do Ato Institucional n.º 5.

Um ano, este que se inicia, político por excelência: a posse do novo Governo no plano federal; a escolha de novos Governadores, no plano estadual; as eleições parlamentares para renovação das Assembléias, da Câmara Federal e de uma parcela do Senado da República.

Quanto ao primeiro destes fatos já referidos, a posse do novo Presidente da República, permito-me, ligeiramente, fazer algumas considerações acerca do assunto que prende a atenção do meio político de toda a Nação.

Na verdade o Governo já se encontra praticamente constituído. Os nomes dos Ministros são do conhecimento público; e também alguns nomes daquele escalão que se convencionou chamar de "2.º escalão". Não poderíamos deixar de concluir que os nomes escolhidos, comparados com aqueles que compõem o Governo que no momento se despede, significam, segundo nosso pensamento, um relativo progresso. Os nomes foram escolhidos, parece-me, evidenciando um propósito mais elevado. É um Ministério de maior gabarito. Inclusive, uma velha reivindicação do Estado do Paraná, qual seja, a representação na área federal, está atendida. O Paraná tem um Ministro: o Ministro da Educação. Creio que este Ministro foi escolhido por sua condição de político, por ter mandato, por ser homem de diálogo e não por ser ex-Chefe de Polícia. E é importante esta consideração, porque os meios estudantis têm sido tratados como caso de polícia. Espero que a escolha do Ministro da Educação tenha sido feita, acima de tudo, tendo em vista suas qualificações políticas e não por ter sido Chefe de Polícia de nosso Estado.

Portanto, espero que o Ministro da Educação, no atendimento dos problemas afetos à área estudantil, proceda como político e não como Chefe de Polícia. Da mesma forma, repetindo uma vez mais nosso pensamento, entendemos que a escolha dos auxiliares diretos da futura administração federal, se reveste de um sentido mais positivo do que a anterior. A escolha do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, revela não uma tentativa de amordacar o Poder Legislativo, porque nós, que temos acompanhado a atuação daquele que será o líder do Partido do Governo na Câmara Federal, damos a ele um voto de confiança uma vez que, indiscutivelmente, ele merece todo o nosso respeito, muito diversamente, aliás, daquele que até agora ocupou a Liderança do

Governo no plano federal. Deputado Geraldo Freire, uma vocação de subserviência bovina, usando expressões da imprensa nacional, que deslustrou com sua liderança o Parlamento Brasileiro, nestes últimos anos.

Outro problema se nos depara da maior importância para o quadro sucessório nos Estados a escolha dos Governadores para os diversos Estados da Federação.

No Paraná isso nos preocupa, porque o sistema de escolha até então posto em prática, tem sido, na maioria das vezes, altamente lesivo aos interesses de nosso Estado.

As experiências anteriores aí estão a demonstrar. Em curto espaço de tempo trouxeram para o Paraná problemas os mais graves, e que ainda levaremos muito tempo tentando diminuir suas consequências e minorar os sofrimentos advindos da ação governamental.

O episódio Haroldo Leon Peres, infeliz sob todos os aspectos, e também o episódio, por motivos diversos, da passagem do ilustre professor Pedro Viriato Parigot de Souza pelo Governo do Estado do Paraná nas circunstâncias em que se verificou, resultou também em sérios prejuízos para o Estado do Paraná.

Posteriormente, assumiu o Governo o atual detentor do Executivo Estadual, o ex-Deputado Emílio Gomes. Embora não tenhamos com relação a ele as mesmas divergências de ordem política, mantidas com seus antecessores, não podemos deixar de reconhecer que, comparativamente aos dois governos que o antecederam, a passagem de S. Exa. pelo Palácio Iguazu, sua atuação se reveste, indiscutivelmente, de um caráter bem mais positivo. Portanto, aí estão as experiências passadas, recomendando um caminho a ser seguido, um critério a ser adotado. É preciso que aqueles que são eleitores, nesse sistema um tanto obscuro de escolha de Governadores, tenham pelo menos o despreendimento de esquecerem um pouco seus interesses pessoais, colocando acima deles, os interesses do Estado do Paraná. Sobretudo, segundo posso entender nessa aritmética eleitoral que culminará na escolha do novo Governador do Estado do Paraná, existe um eleitor que se proclama o grande e único eleitor e que na verdade, admito, deve ser mesmo um grande eleitor, que é aquele que mereceu a confiança do Governo Federal, do futuro Presidente da República, para ocupar o Ministério da Educação. Cabe a ele, segundo entendo, dar ao Governo Federal o testemunho da situação e da realidade política paranaense. O que se espera dele, é que não o omita essa realidade em benefício de interesses pessoais e que transmita à área federal um depoimento da situação que ele conhece bem, que é a situação deste Estado, em cuja política milita com sucesso há tantos anos. É isso que se espera, é isso que um Deputado da oposição pode esperar, para que o Governo Federal disponha de elementos para decidir segundo os reais interesses do Estado do Paraná. Que não sejam omitidos os dados, que não sejam falseados os elementos que possibilitarão essa escolha, que tudo seja levado ao conhecimento daqueles que irão decidir, em última instância, quem deverá ocupar o Palácio Iguazu. Sejam levados a eles aqueles elementos fundamentais que vão nortear sua decisão.

Cabe a nós apreciar realisticamente o fato embora o homem do MDB, o homem da Oposição, por sua formação democrática, discorde inteiramente da forma de escolha de um Governador do Estado por este processo atualmente posto em prática no País. Não temos a ilusão que, entretanto, este processo ainda uma vez, e esperamos que pela última, será aquele que, de fato, determinará a escolha do Governador do Estado do Paraná.

O que podemos esperar, então, realisticamente, é que esta escolha se faça com bom senso, com serenidade para que possamos seguir o rumo que levará este País ao restabelecimento da plenitude democrática e ao restabelecimento das garantias individuais e dos direitos civis.

Não podemos conceber que se valha quem quer que seja, seja Ministro ou não Ministro, de um sistema de escolha "em panela" para colocar, acima dos interesses do Estado do Paraná, os seus próprios interesses políticos e pessoais.

No final destas considerações e ao deixar estas palavras que podem ter um sentido de esperança e de advertência, consignamos nosso pensamento de que é necessário que se pare, se pense nos interesses maiores do Estado do Paraná. É preciso que não se confunda o sonho dourado de um Ministro com aquilo que pode ser a realidade obscura, o pesadelo de todo o Estado do Paraná, já marcado e sofrido por experiências as mais negativas e que servirão, pelo menos deveriam servir, de orientação ao Governo Federal para a escolha daquele que no próximo quadriênio deverá ocupar o Palácio Iguazu.

O que o MDB espera é que após este critério e esta escolha reine a paz neste Estado por mais quatro anos para que possamos, ao fim dele, disputar em eleições diretas o Governo do Estado. Não é um desejo de paranaense apenas. Está presente em todo o brasileiro a vontade de poder, novamente, com o seu voto, escolher aqueles que devem dirigir os destinos dos Estados e da União. Este direito, historicamente, deve ser reconhecido ao nosso Povo, que paga com o seu trabalho e sacrifício o elevado custo de nosso progresso e desenvolvimento.

Com estas considerações, Sr. Presidente, saúdo a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados neste início de uma nova fase de nossos trabalhos, augurando a todos que sejam profícuos em benefício da boa gente paranaense. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chamo a atenção da Casa para o editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", de dois de março último, sábado, com o seguinte texto: (Lendo)

"A notícia da assinatura de decreto, por parte do Presidente Médici, concedendo aumento de 20% a partir de ontem, para os "barnabés" federais alcança, no Paraná, como um grande impacto, a laboriosa classe dos funcionários públicos estaduais.

Não há no Estado nenhuma notícia oficial sobre elevação salarial para os servidores paranaenses. Essa ausência de informação é tanto mais contrariadora, quando se sabe que, no Paraná, o aumento do custo de vida foi dos mais elevados em todo o País, criando um desnívelamento muito acentuado entre o que vence um funcionário público estadual e o ritmo inflacionário.

Publicação do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP) que publicamos nas colunas da "Gazeta do Povo" revelava, por exemplo, que o índice de majoração do custo de vida, no Estado, em 1973, de um percentual de 33%. Ora, nenhum "barnabé" esquece que, no ano passado, o aumento de vencimentos foi levemente superior à metade daquele percentual. Vale dizer que a classe está, realmente, passando dificuldades, dentro do problema do orçamento doméstico.

Malgrado observações que a entidade representativa da classe tem feito sobre o afilativo e agudo problema, nada, absolutamente nada, com o cunho de fato oficial, tem sido veiculado por parte da administração paranaense quanto a um possível aumento.

O interessante nesse quadro, é sublinhar que o aumento para os servidores



da União foi, no ano anterior, bem menor do que este que foi concedido agora, pelo Presidente da República. Foi, todavia, superior aos 12% que era uma desejada taxa estipulada pelos técnicos do Ministério da Fazenda, para que ao redor dela se fixasse a inflação. Ora aí está um ângulo importantíssimo do problema, que as autoridades paranaenses deveriam cuidar com atenção. O Governo da União deu, em 73, um aumento muito superior aos 12%. No Paraná, no ano passado, com um custo de vida de 33% o aumento foi de menos de 20%. Agora, o Presidente Médici, com uma inflação que se acredita tenha sido no ano anterior, de cerca de 14%, proporcionou aumento para os "barnabês" da União de 20% a partir de ontem.

No Paraná, todavia, estamos seguindo uma política que vem tornando gradualmente muito mais diluída a capacidade financeira do funcionário público, posto que as taxas inflacionárias têm sido altas e os aumentos vêm sendo concedidos, a essa laboriosa classe, em bases um pouco superiores à metade do percentual da elevação inflacionária. Pior, nisso tudo, são os contrastes. Enquanto a Presidência da República concede o aumento, agora saudado como um grande acontecimento para os funcionários da União, o que se verifica no Paraná é não só a inexistência de uma perspectiva de aumento, como, até mesmo, uma certa usura na cessão de informações de que o assunto estaria sendo estudado.

Infelizmente. Srs. Deputados. é triste a realidade. O funcionalismo público estadual vem sendo marginalizado não só por este Governo, porém, de 1971 para cá, se fizermos um estudo comparativo dos aumentos concedidos ao funcionalismo federal, a partir de 1969, partindo-se de um percentual 100 em 1969 e, de lá para cá comparando-se os aumentos concedidos ao funcionalismo estadual verificar-se-á com tristeza, lamentavelmente que o funcionalismo público estadual recebe menos que o funcionalismo público federal em torno de 50% — e esta distorção deveria ser corrigida, não só essa distorção no que diz respeito ao percentual, mas o que é mais grave, o Paraná não está cumprindo a Lei n.º 5.978 que dispõe sobre a reavaliação dos cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências; esta Lei é regulamentada posteriormente, ao final do Governo Paulo Pimentel, em janeiro em 26 de janeiro de 1971, cujo decreto que regulamenta a referida Lei dispõe que o Governo do Estado do Paraná, semestralmente, mediante critério de elevação por antiguidade ou por merecimento — estaria com base em informações fornecidas por uma Comissão Especial que até hoje, pelo menos que me conste, ainda não foi criada — e teria como objetivo, semestralmente promover uma reavaliação dos cargos, a imprescindível elevação de níveis.

Segundo informações do BADEP, o custo de vida no Paraná em 1973, dados oficiais, foi em torno de 33% — ao funcionalismo público foi concedido um aumento de 20%, consequentemente, não é aumento, foi um reajuste percentual. Lamentavelmente, o Governo do Estado do Paraná não está dando a atenção necessária que deveria ser concedida, àqueles que dedicam a sua vida, a sua existência, pela administração pública do Estado. E o que se nota, o que se vê, o que se depreendeu das palavras do Sr. Governador, por ocasião da manifestação feita no dia 1.º nesta Casa, o Governo do Estado do Paraná está atravessando uma fase áurea da sua existência, com um índice de arrecadação do ICM do soja, do ICM do café, contribuindo o primeiro principalmente, com uma receita adicional ao orçamento previsto em nosso Estado, em 73 e com mais razão em 74.

É evidente, que este aumento implica indiretamente num aumento de responsabilidade ao nosso funcionalismo público que há muito não recebe aumento, e sim, apenas um reajustamento. Por isso, na sessão de hoje, eu quero fazer, quero fazer um apelo aos Srs. Deputados para que junto a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, promovam as diligências necessárias para que seja enviada a esta Casa com a máxima brevidade uma objetiva Mensagem, que venha de encontro aos interesses não só do funcionalismo público do nosso Estado, mas do próprio Estado, e com relação especificamente à aplicação da Lei que dispõe sobre a reavaliação de cargos do pessoal civil.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Maurício Fruet, apenas para informar a V. Exa. de que o Sr. Governador Emílio Gomes, em vários contatos mantidos com a liderança do Governo nesta Casa, discutiu aspectos ligados à possibilidade de conferir ao funcionalismo público um aumento de vencimentos a partir de 1.º de março do corrente ano. Lembrou S. Exa. que havia assumido com esta Casa na pessoa do nosso dinâmico Presidente, Deputado João Mansur, compromisso de conferir ao funcionalismo público estadual, um abono no mês de março. E para o mês de outubro do corrente ano, conceder um aumento inclusive, corrigindo algumas distorções que ele entende existir, a de analisarmos a situação privilegiada do funcionalismo público federal.

S. Exa. o Sr. Governador do Estado já antecipou contatos com a área do Governo Federal, para verificar até onde pode uma recomendação que existe no sentido de que não se defiram dois aumentos num período inferior a 12 meses. E até onde é válida esta recomendação em termos de que seja definitiva a Mensagem propondo um novo aumento. Porque como sabem os Srs. Deputados, em Governos anteriores, o funcionalismo foi prejudicado por ter permanecido num período de até 14 meses sem receber aumento.

E se houver possibilidade, o Sr. Governador está pensando em remeter à Assembléia, Mensagem conferindo aumento ao funcionalismo público estadual, porque entende S. Exa. que este aumento deveria ser um percentual razoável. Portanto, deveria também atender o funcionalismo público do Estado, no período de outubro do corrente ano. Porque em março de 73, estávamos comprometidos a conceder um novo aumento ao funcionalismo para o mês de outubro, e S. Exa. está preocupado.

Já há uma Comissão e a Secretaria do Governo e do Planejamento estão levantando dados para o estabelecimento do índice. Se pudermos convencer as autoridades federais que o Paraná se constitui em quadro especialíssimo, o Governo talvez possa remeter a Mensagem em vez de conceder o abono e estaríamos concedendo aumento a partir de 1.º de março. É preocupação do Governo e não poderia deixar de transmitir a V. Exa. e à Casa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Obrigado pela informação, mas gostaria novamente de salientar que V. Exa. destacou que efetivamente houve uma disparidade de 1969 para cá na concessão de aumentos entre o funcionalismo federal e o estadual. Em parte discordo de V. Exa. quando fala que o aumento concedido ao funcionalismo público federal constituiu-se como um privilégio. Na verdade o aumento concedido ao funcionalismo federal não chegou a ser justo, permita-me V. Exa., porque o custo de vida fornecido pelo órgão oficial do Governo Federal infelizmente não coincide com a realidade e isto se pode verificar perguntando a qualquer pessoa, em qualquer parte do Estado e da Nação.

Mas, partindo deste mesmo raciocínio, entendendo na manifestação de V. Exa. a disposição do Governo do Estado em remediar pelo menos este estado de coisas, gostaria de aduzir que se objetiva e honestamente quisser o Governo, não conceder o aumento, mas reajustar a posição do funcionalismo público do

Estado com o real e efetivo índice de crescimento do custo de vida, deveria se basear, para efeito do cálculo, em dados fornecidos pelo BADEP, que sublinham como crescimento do custo de vida no Estado do Paraná em 1973, o índice de 33%.

Independente desta medida que temos certeza V. Exa. insistirá, como líder do Governo, junto a S. Exa. o Governador do Estado para que envie a esta Casa Mensagem em busca de uma solução, ao mesmo tempo pediríamos que no entendimento que mantivesse com o Chefe do Executivo o lembrasse da aplicação necessária do disposto na Lei 5.978, Lei esta regulamentada pelo Decreto 22.549, de 26 de fevereiro de 1971 que dispõe sobre a regulamentação de acesso do funcionalismo público civil do Estado e dá outras providências.

Quero chamar a atenção para o que determina o artigo 5.º deste Decreto: "Será de 730 dias de efetivo exercício na classe, o interstício para o funcionário concorrer à elevação para acesso, reduzindo-se para 365 dias quando não houver funcionário que possua aquele tempo".

Nos demais artigos estabelece também o Decreto critérios a serem adotados para a elevação de níveis por antiguidade ou por merecimento. Passados três anos da assinatura deste Decreto e cinco da aprovação da Lei pela Assembléia Legislativa, infelizmente até agora, salvo raras exceções, a grande maioria do funcionalismo público estadual não recebeu qualquer elevação de nível.

É evidente, é claro, que ninguém pode, com toda a franqueza, com toda a lealdade, prestar, com sacrifício e esforço, um serviço à causa pública ao mesmo tempo que tem que enfrentar problemas de mais alta relevância com seus familiares.

Diariamente, têm vindo a esta Casa pessoas que não têm condições sequer para comprar os uniformes exigidos pelos estabelecimentos de ensino; não têm condições para adquirir material escolar, neste ano letivo que se inicia.

Portanto, reputamos como grave a situação do funcionalismo público estadual. E temos esperança, a certeza mesmo, que esse problema será solucionado, porque sabemos que o Sr. Governador do Estado é um político, é um homem humano e entende essa situação aflitiva que vive o funcionalismo público estadual, entende também os apelos feitos por esta Casa, e há de procurar solucionar essa situação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Strozi, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor da COPEL, no sentido de que providências sejam tomadas para que a rede de energia elétrica da localidade de Vargem Grande seja estendida à localidade de Carazinho, no Município de Paula Freitas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egidio Laurindo da Silva, ocorrido no Município de Nossa Senhora das Graças. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão para representar este Poder na posse do Senador Ney Amintas de Barros Braga, no Ministério de Educação e Cultura, no próximo dia 15, em Brasília. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de Srs. Deputados para representar esta Casa na solenidade de posse do eminente paranaense Senador Ney Amintas de Barros Braga, no cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros, no sentido de que estude a viabilidade de manter, junto aos locais de banho de Curitiba e adjacências, mais procurados nos fins de semana, um serviço de salva-vidas semelhantes ao que opera nas praias. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, aos Comandantes da Polícia Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros, cientificando aquelas autoridades do voto de aplauso e louvor que se fará registrar em nossos Anais, uma vez aprovada esta proposição, pela eficiência com que foi desenvolvida a "Operação Praias" deste ano. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Sr. Governador do Estado, no sentido de se determinar a realização de Concurso para o Magistério. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja inserido em Ata um voto de congratulações ao time "Os Pupilos do Portuga", que levantou galhardamente o II Campeonato Paranaense de Futebol de Praia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pela comemoração de 11 anos de existência. — Aprovado.

Ofício de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, comunicando que em data de 18 do mês próximo passado, foi conduzido à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões para anotar.

Esta Presidência solicita dos Srs. Líderes de Bancada a indicação dos companheiros que deverão integrar as Comissões Técnicas da Casa a fim de que os serviços não sejam paralisados por falta de Projetos.

Concedo a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, para falar em explicação pessoal.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Não poderíamos deixar de vir a esta Tribuna ao término desta Sessão para parabenizarmos-nos com a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Cumprimento efusivamente S. Exa. o Sr. Deputado Domício Scaramella que, a partir de hoje, passa nesta Casa a liderar a Bancada aguerrida e valorosa do MDB. Com o Sr. Deputado Domício Scaramella temos tido, durante muitos anos, uma convivência de amigos e companheiros, uma luta em defesa dos legítimos interesses da coletividade paranaense.

Formulamos votos de que esta Liderança seja aquela que haverá de propiciar o fortalecimento do Poder Legislativo. Sabemos a experiência que S. Exa. possui, sabemos da maneira sempre afável e cordial com que S. Exa. sempre soube debater os relevantes problemas que aqui nesta Casa têm acontecido. Temos certeza que sua Liderança haverá de marcar época.

Em meu nome e em nome da Liderança do Governo, desejo expressar a S. Exa. e aos Srs. Deputados Alvaro Dias e Antônio Belinati, escolhidos Vice-Líderes do MDB, os votos de que tenham, nesta Casa, facilitado seu trabalho e que esta Liderança traga para esta Casa e para o povo paranaense grandes alegrias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, para falar em explicação pessoal.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Sensibilizado com as palavras do ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, quero trazer meu abraço e meu agradecimento.

Agradeço a confiança de minha Bancada por me ter escolhido seu Líder para o Período Legislativo que hoje se inicia. Farei o possível para me desincumbir desta missão da melhor maneira possível e tudo farei para o restabelecimento da democracia em nosso País. Estou disposto a lutar para que, no menor prazo possível, o povo brasileiro possa escolher seus verdadeiros mandatários numa eleição direta.

Muito obrigado à Liderança do Governo, muito obrigado pela confiança que em mim foi depositada neste instante. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 5, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 54-73 e de Lei n.º 268-73;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-73.

Levanta-se a Sessão.

DFCP — CONTABILIDADE GERAL

BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1974

A T I V O

DISPONÍVEL		
Tesouraria .....	2.745.469,46	2.745.469,46
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fix. ....	1.223.464,43	
Desp. Var. c/P. Civil .....	470.152,76	
Material de Consumo .....	55.560,00	

Serviços de Terceiros .....	264.795,00	
Encargos Diversos .....	217.000,00	
Desp. Exerc. Anter. ....	38.290,81	
Subvenções Sociais .....	705.000,00	
Inativos .....	184.959,13	
Pensionistas .....	72.161,98	
Salário Família .....	26.647,00	
Equip. e Instalações .....	18.772,00	
Material Permanente .....	—	
Aux. p/Obras Públicas .....	—	

CONTAS PENDENTES		3.276.803,46
Despesas Diferidas .....	600.000,00	600.000,00

SOMA DO ATIVO .....	6.622.272,57
---------------------	--------------

P A S S I V O

LIBER. SECR. FAZENDA			
PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fix. ....	1.200.000,00		
Desp. Var. c/P. Civil .....	515.000,00		
Inativos .....	190.000,00		
Pensionistas .....	75.000,00		
Salário Família .....	35.000,00	2.015.000,00	

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo .....	50.000,00		
Serviços de Terceiros .....	200.000,00		
Encargos Diversos .....	30.000,00		
Desp. Exerc. Anter. ....	30.000,00		
Subvenções Sociais .....	—	310.000,00	

CAPITAL			
Equip. e Instalações .....	200.000,00		
Material Permanente .....	60.000,00		
Aux. p/Ob. Públ. ....	—	260.000,00	2.585.000,00

CREDORES			
Despesas Empenhadas .....	363.132,00		
Despesas Processadas .....	931.290,81		
Folhas de Pagamento .....	780.972,68		
Restituições .....	12.985,21		
Consignações .....	—	2.088.380,70	

RESTOS A PAGAR			
Empenhados .....	1.283.862,37		
Processados .....	4.726,97	1.288.589,34	

CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes .....	660.302,53	660.302,53	4.037.272,57

SOMA DO PASSIVO .....	6.622.272,57
-----------------------	--------------

Palácio "XIX de Dezembro", em 31 de janeiro de 1974.  
(Assinatura ilegível) — Chefe da Secção de Cont.  
(Assinatura ilegível) — Chefe da Div. Cont.  
(Assinatura ilegível) — Contador Geral.